

A CODIFICAÇÃO DO TÓPICO COMO SN DEF EM TEXTOS NARRATIVOS E EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS

Magda Teresinha da Silva¹

1. INTRODUÇÃO

A crise do ensino de língua portuguesa está associada a resultados pouco satisfatórios e, por vezes, frustrantes em relação à habilidade de leitura e de produção de textos entre os alunos que frequentam as escolas de ensino fundamental e médio, e mesmo aqueles que chegam ao nível superior. Evidentemente, o tipo de leitura a que os estudantes devem corresponder envolve muito mais do que a decodificação de símbolos ou a mera constatação dos elementos de superfície do texto e da informação explícita. Trata-se, além disso, da leitura que possibilite a compreensão do sentido do texto como um todo, que envolva a busca do não dito nas entrelinhas e a apreensão dos significados implícitos. Da mesma forma, quando se analisa a produção textual dos alunos, a qualidade desta produção não deve estar vinculada apenas a aspectos formais, como ortografia, acentuação, pontuação e outros, mas à capacidade de escrita de um texto que faça sentido dentro de uma situação de comunicação, um texto que seja coeso e coerente.

Entre as possíveis causas atribuídas aos maus resultados do ensino de língua portuguesa situam-se as práticas ineficazes, provenientes, muitas vezes, de concepções equivocadas sobre a natureza do texto, da leitura e também da linguagem. A partir desse fato torna-se imprescindível pensar sobre o texto, analisá-lo em face das dificuldades enfrentadas por todos aqueles envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da língua

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

materna, a fim de instrumentalizá-los com fontes teóricas e práticas que tornem elucidativas as questões pertinentes ao texto.

É nessa perspectiva que apresentamos a análise de duas tipologias textuais, a narrativa e a argumentativa, praticamente predominantes nas aulas de português e que, mesmo assim, as dificuldades dos alunos permanecem incompreendidas no que diz respeito a sua produção e recepção. Entretanto, sabemos que essas tipologias não devem ser as únicas a serem trabalhadas na escola, já que há uma considerável diversidade de textos cujo uso é tão intenso na vida dos alunos.

Os textos investigados foram extraídos de jornais, portanto inseridos numa situação concreta de uso, analisados na dinâmica da produção, estando, escritor e leitor, situados num dado contexto histórico-social. A análise segue, assim, a linha funcionalista da linguagem em que os elementos gramaticais são empregados como uma estratégia, de acordo com a intenção comunicativa, visando à interação entre os participantes do ato comunicativo. Acreditamos que, tanto na leitura, quanto na produção de textos, a compreensão da função textual, dos objetivos dos interlocutores envolvidos na comunicação, bem como de quem são esses interlocutores e de que maneira empregam as expressões lingüísticas são fatores que influenciam no êxito das atividades de ler e de produzir textos.

Talmy Givón, cuja proposta teórica funcionalista serve de fundamento para esse estudo, reforça a idéia de que a linguagem não pode ser explicada adequadamente sem referência também à função comunicativa. Nessa função, uma das noções pragmáticas centrais é a de tópico, visto que a topicalidade leva em conta o interlocutor e a situação de comunicação. Nesse sentido, focalizamos, nos textos narrativos e nos textos argumentativos aqui analisados, o tópico, elemento recorrente dentro do texto, responsável pela coerência referencial que se vincula à coerência temática, dando um idéia de como, na perspectiva funcionalista, as expressões lingüísticas visam à interação entre os indivíduos envolvidos no ato comunicativo, isto é, não significam em si, mas na relação entre o escritor e o leitor.

2. O TÓPICO SEGUNDO GIVÓN

Givón (1992) chama a atenção para o fato de que o tópico é considerado importante se ocorre repetidas vezes no discurso, formando cadeias equitópicas. Desse modo, a visão de tópico como «a respeito do que se fala» ou «o que é importante» só é verdadeira se o tópico permanece como tal por um número sucessivo de sentenças. No nível da sentença, tópico como tal não tem sentido. Em outras palavras, o que torna os seus participantes topicais não é o fato de gramaticalmente serem codificados como tópico na oração que os contém, mas porque eles são tópicos ao longo do texto. A sua topicalidade é, então, devida à recorrência desses referentes no discurso. Para o referido autor, o homem se expressa por meio de discursos multiproposicionais, que tendem a manter o mesmo tópico, e esta coerência referencial é relevante para a coerência temática. O tópico possui, então, a propriedade da continuidade e permite, numa síntese, dizer sobre o que trata o texto. Para Givón (1992), histórias, capítulos ou parágrafos temáticos são construídos através de seqüências de sentenças, as quais compreendem o mesmo tema e tendem a manter o mesmo tópico.

Givón (1992) estuda o tópico numa concepção pragmático-discursiva em que a topicalidade é motivada pela cognição. O autor reinterpreta a gramática da topicalidade como um conjunto de instruções do processo mental, ou seja, os sinais gramaticais usados pelo emissor para codificar a topicalidade no discurso causam operações específicas na mente do interlocutor. Na verdade, os sinais gramaticais que aparecem no discurso para codificar o tópico representam o esforço do emissor para embasar a informação na perspectiva do receptor. Essa dimensão cognitiva que subjaz ao uso do tópico está relacionada aos seus diferentes valores de continuidade que, por sua vez, é um dos fatores que determina as condições de acessibilidade. Assim, se a continuidade em relação ao antecedente é alta, a acessibilidade ou a previsibilidade do tópico é maior e mais fácil é processá-lo, podendo ser recuperado através de um recurso gramatical menos marcado. Em contraste, se a continuidade tópica em relação ao antecedente é baixa, isto é, se há descontinuidade, o tópico torna-se menos acessível, mais difícil de recuperar, necessitando um mecanismo gramatical mais marcado. No modelo defendido por Givón (1990), a

topicalidade é uma propriedade dos referentes nominais - mais freqüentemente sujeitos e objetos - das orações.

3. A ACESSIBILIDADE REFERENCIAL

A acessibilidade referencial é marcada por elementos anafóricos e, segundo Givón (1992), está relacionada à procura cognitiva pelo referente nominal já existente no contexto discursivo mentalmente armazenado, ou ao conhecimento prévio presente na memória do receptor, ou ainda a sua capacidade de compreender o texto numa certa situação discursiva.

De acordo com o autor ainda, o tópico torna-se acessível ao receptor na continuidade referencial, ou seja, se a distância entre o elemento corrente e a sua última ocorrência no discurso precedente for pequena; se não houver competição referencial surgida pela presença de um ou mais referentes semanticamente compatíveis no contexto precedente; pela informação temática da oração; e ainda pelo fato de o emissor e o receptor compartilharem a mesma cultura.

Givón (1992) descreve a acessibilidade referencial como um dos aspectos pragmático-discursivos da topicalidade verificável através de certos procedimentos mensuráveis. Givón (1992) apresenta como medidas da acessibilidade a distância referencial (DR), a referência contínua/descontínua (RC/RD) e a interferência potencial (IP). A DR indica o número de orações existentes a partir da última ocorrência do referente no discurso precedente. A RC/RD indica se a oração tem o referente como argumento ou não. A IP indica a existência ou não de referentes semanticamente compatíveis nas orações precedentes.

4. A CODIFICAÇÃO DO TÓPICO

Conforme Givón (1983), o tópico desempenha diferentes funções no discurso. Essa diferença é elucidada pelo referido autor através da noção de acessibilidade topical que, por sua vez, encontra-se associada à continuidade no discurso. O início do parágrafo representa a quebra da continuidade da cadeia tópica do parágrafo precedente. O tópico é considerado

descontínuo nesse ponto. Além disso, o elemento topical pode retornar depois de uma longa lacuna de ausência ou depois de uma pequena lacuna, e esse contexto do discurso condiciona diferentes codificações sintáticas.

Givón (1983) esclarece ainda que qualquer tópico pode aparecer em contextos onde haja mais de um antecedente possível na mesma oração ou no seu ambiente imediato do discurso. Essa situação, especialmente quando os possíveis referentes compartilham o gênero semântico e/ou gramatical com o tópico em questão e possuem o mesmo papel temático funcional frente ao verbo, cria um potencial para a ambigüidade, gerando dificuldade para o leitor identificar o verdadeiro antecedente. Mecanismos sintáticos diferentes podem ser usados para codificar tópicos em ambientes de ambigüidade tópica mais alta ou mais baixa.

De acordo com o autor, todas essas considerações são extremamente importantes para a compreensão do domínio funcional da continuidade tópica no discurso, tanto quanto os vários mecanismos sintáticos usados para codificar diversos pontos desse domínio. Conforme Givón (1995), gramaticalmente, a marcação do tópico está relacionada com a continuidade referencial, isto é, se o referente é contínuo ou descontínuo. Referentes topicais contínuos apresentam pequena distância do antecedente e são codificados como zero ou pronomes anafóricos, considerados recursos gramaticais menos marcados. No contexto discursivo de máxima continuidade referencial, um referente importante (topical) é, portanto, menos marcado, já que ele permanece ativado no discurso e, cognitivamente, é mais fácil de ser recuperado.

No que diz respeito aos tópicos descontínuos, gramaticalmente, recebem quantidade maior de código e, cognitivamente, exigem mais esforço mental, sendo representados pelos sintagmas nominais definidos. Givón (1995) afirma que sintagmas nominais definidos (e topicais) são cognitivamente acessíveis ao ouvinte por três vias: a situação imediata de fala, o conhecimento compartilhado por membros do mesmo grupo lingüístico-cultural ou através da informação fornecida pelo próprio texto. Trata-se de um mecanismo gramatical adequado a ambientes de alta distância referencial.

Givón divulga no artigo *The grammar of referential coherence as mental processing instructions* os resultados de um estudo sobre a codificação do tópico, segundo a distância da última menção, em textos narrativos e conversacionais de língua inglesa. O

autor concluiu a utilização de recursos gramaticais menos marcados para codificar o tópico numa distância referencial (DR) pequena e recursos gramaticais mais marcados para codificar o tópico numa DR maior, relacionando esses resultados às condições de acessibilidade referencial.

Barbisan e Machado (2000), numa pesquisa sobre o tópico em textos argumentativos orais e escritos, observaram algumas especificidades nas formas de expressão do tópico nessa tipologia textual. As autoras constataram que pelo fato de os textos argumentativos encontrarem-se centrados em temas abstratos, apresentam coerência referencial também abstrata. Os textos narrativos, por sua vez, evidenciam ações de personagens e é em torno dos elementos nominais que designam os personagens que se dá a coerência referencial.

Após a presente análise da codificação do tópico em textos narrativos e em textos argumentativos escritos, à luz da teoria pragmático-discursiva de base cognitiva proposta por Givón, pudemos concluir que o emprego de recursos anafóricos ocorre não apenas em consonância com a relação entre a distância referencial e a quantidade de codificação, mas também apresenta especificidades conforme a tipologia textual. No que se refere ao texto narrativo foram escolhidos textos jornalísticos que se configuram predominantemente como narrativos. Quanto aos textos argumentativos trabalhou-se com editoriais.

5. O TEXTO NARRATIVO

Para van Dijk (1978) os diferentes tipos de texto distinguem-se um do outro, tanto por possuírem diferentes funções comunicativas, como por possuírem diferentes tipos de construção. De acordo com o referido autor, o texto apresenta três estruturas constituintes: a micro, a macro e a superestrutura. A microestrutura situa-se no nível local ou da sentença, enquanto a macro e a superestrutura relacionam-se ao nível global. A macroestrutura, de natureza abstrata, pode ser verbalizada através de uma macroproposição resumitiva do texto, resgatando-o como um todo. A superestrutura, por sua vez, é denominada por van Dijk (1978) como a estrutura global que caracteriza o tipo de texto. Se é narrativa ou se é argumentação, por exemplo, a superestrutura terá categorias específicas.

No que diz respeito aos textos narrativos, van Dijk (1978) apresenta como categorias: a *complicação*, a *resolução*, o *marco*, a *avaliação* e a *moral*. Além disso, o autor aponta as «ações dos personagens» como característica fundamental, ficando subordinados a ela outros aspectos do texto, como descrições de circunstâncias, de objetos. Essa característica semântica relaciona-se à categoria da *complicação*, de ordem pragmática: aquilo que é narrado leva em conta um critério de interesse, ou seja, conta-se uma história que tem ligado a ela algo especial, um acontecimento inesperado a ter um desenlace (*resolução*). A categoria da *avaliação* está relacionada à idéia de que o narrador não só conta fatos, mas também apresenta a sua opinião ou valoração sobre os fatos narrados.

Segundo o autor, categorias como o *marco*, a *avaliação* e a *moral* podem estar implícitas, sendo deduzidas através do contexto comunicativo em questão.

Adam (1987), por sua vez, defende a idéia de que o texto é um fenômeno extremamente heterogêneo. Assim, ao invés de enquadrá-lo numa só tipologia, afirma que o mesmo comporta várias seqüências (narrativas, argumentativas, descritivas). À uma seqüência é que pode ser atribuída uma única tipologia (ou tipologia homogênea). Portanto, Adam (1987) fala em tipos de seqüencialidade.

Conforme o autor, a seqüencialidade narrativa possui seis componentes indispensáveis: ao menos um ator; predicados X e X' definindo o ator em um tempo; uma sucessão temporal mínima; uma transformação dos predicados X e X' no curso de um processo; uma lógica singular onde o que vem depois aparece como causa; um fim-finalidade sob a forma de «moral», que se constitui numa avaliação presente ou inferível. Esse último componente atribui à narrativa a propriedade da argumentação.

Um aspecto importante levantado por Adam (1987) é o de que a mera descrição de uma seqüência de ações não constitui uma narrativa, sendo o que ele chama de grau zero da narrativa. Ao contrário do que se acredita, uma simples cronologia de atos-acontecimentos não caracteriza de forma alguma uma seqüência narrativa. Reforça-se aí a idéia de que o texto narrativo é feito para argumentar.

A questão da heterogeneidade textual levantada por Adam (1987) é um aspecto importante a ser considerado, pois os textos não se apresentam essencialmente como narrativos, ou descritivos, ou argumentativos, mas comportam mais de uma seqüência, conforme a terminologia empregada pelo autor. Nesse sentido, num mesmo texto, a

utilização de uma seqüência ocorre em contribuição à outra. Uma descrição, por exemplo, pode ser empregada, servindo de complemento à narração.

Os textos narrativos aqui analisados, embora caracterizem-se como heterogêneos, apresentam-se predominantemente como narrativos.

6. O TEXTO ARGUMENTATIVO

Adam (1987) apresenta a definição de J. B. Grize para a argumentação, isto é, «argumentar é buscar pelo discurso, levar um ouvinte ou um dado auditório a uma certa condução». Para estabelecer as categorias da superestrutura, Adam baseia-se em O. Ducrot: *tese anterior, premissas, argumento, conclusão, nova tese*. O silogismo é considerado pelo autor como o grau zero da argumentação, visto que só tem *premissas* e não apresenta a categoria dos *argumentos*.

Charaudeau (1992) diz que o modo de organização argumentativo é mais delicado de tratar do que o narrativo. O narrativo, por tratar das ações humanas, está preso a uma forma de realidade «visível e tangível». O argumentativo, ao contrário, está em contato com um saber que tenta dar conta da experiência humana por meio de certas operações de pensamento; em outras palavras, o texto argumentativo trata de fatos menos palpáveis e mais abstratos.

O autor revela que a argumentação não pode ser reduzida à identificação de uma seqüência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos. Em primeiro lugar, porque inúmeras combinações frásticas não comportam marcas explícitas de operação lógica. Em segundo lugar, porque o aspecto argumentativo de um discurso (a argumentatividade) está implicitado no próprio discurso.

Conforme Charaudeau (1992), para haver argumentação é necessário que exista um propósito (tese) sobre o mundo, que seja questionado por alguém quanto à sua legitimidade; um sujeito que se empenhe em relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para estabelecer uma verdade sobre essa tese; um outro sujeito que, com relação à mesma tese, questionamento e verdade, constitua a finalidade da argumentação. Trata-se da pessoa a quem se dirige o sujeito que argumenta no desejo de levá-lo a partilhar a mesma verdade (persuasão), sabendo que ele pode aceitar (pro) ou refutar (contra) a argumentação. A

argumentação é definida, então, como uma relação triangular entre um sujeito argumentador, uma tese sobre o mundo e um sujeito alvo. A argumentação é dirigida ao raciocínio do interlocutor (à sua capacidade de refletir e compreender). O sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que ele tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo e modificar seu comportamento.

Com relação à questão da heterogeneidade, Charaudeau (1992) coloca que o modo de organização argumentativo faz parte de uma totalidade chamada argumentação, que é o resultado de uma combinação de diferentes componentes a serviço de uma situação persuasiva. Na concepção do referido autor, o texto resulta de enredamento de modos de organização, sendo alguns textos possuidores de uma organização dominante. Os relatórios, as reportagens, os noticiários, segundo o autor, tendem ao narrativo e ao descritivo; já, os comentários e as análises tendem ao argumentativo. O modo de organização descritivo ou o narrativo, por exemplo, podem combinar-se com o argumentativo no interior de um texto, mas o que se tem na totalidade é uma argumentação.

Os textos argumentativos escolhidos para a realização deste trabalho caracterizam-se também como heterogêneos, no sentido de que as passagens descritivas ou narrativas contidas nos mesmos estão a serviço da argumentação.

7. A CODIFICAÇÃO DO TÓPICO COMO SN DEF NOS TEXTOS NARRATIVOS

Conforme vimos anteriormente, os estudos realizados por Givón revelam que a categoria de sintagma nominal definido (SN DEF) consiste num recurso mais marcado de codificação do tópico, característico de ambientes de descontinuidade tópica, baixa acessibilidade e distância referencial (DR) alta.

Todavia, nos textos narrativos analisados, os tópicos codificados como SN DEF apresentam distribuição dispersa dentro do texto, isto é, o valor de DR não é fixo, mas varia entre 1 oração e acima de 20 orações. Apesar da maioria dos casos do emprego do SN DEF confirmar a teoria proposta por Givón, chama a atenção o alto percentual atingido pelas ocorrências de baixa DR: 41%.

O elevado índice de baixa DR no emprego do SN DEF nos textos narrativos em questão parece estar associado a dois aspectos: o primeiro diz respeito aos traços

semânticos dos elementos topicais e o outro refere-se à variação de expressões lingüísticas desse mecanismo de codificação do tópico.

Os textos narrativos investigados, extraídos de jornais, apresentam como uma de suas categorias os personagens, que são nominalizados de diferentes maneiras e recorrentes ao longo do texto ou numa determinada seqüência do mesmo, constituindo-se nos elementos topicais importantes. Os resultados obtidos no levantamento do traço semântico dos SNs definidos, se [+humano] ou [-humano] , sustentam a importância dos personagens como elementos topicais nos textos narrativos: 98,6% apresentam traço semântico [+ humano].

No caso dos textos narrativos averiguados, o tópico codificado como SN DEF tem seu antecedente anafórico no próprio texto, antecedente esse que, ao ser retomado pelo referido recurso de codificação, apresenta variações lingüísticas que, ao que tudo indica, parecem ser características dessa tipologia textual.

Quanto ao resgate do antecedente, podemos dizer ainda que os textos narrativos aqui analisados, por se tratarem de textos extraídos de jornal, exigem que os interlocutores compartilhem conhecimento cultural para o estabelecimento da relação entre os elementos topicais. Assim, quando o SN DEF «Popó» é retomado através do SN DEF «o baiano»; ou quando «Antônio Carlos Magalhães» é retomado por «ACM», ou por «o senador», ou ainda por «o cacique baiano», para que o leitor consiga estabelecer a relação correferencial entre os sintagmas, é necessário que ele tenha presente essa relação através de seu conhecimento de mundo.

Em outros casos, o próprio texto fornece a informação. Por exemplo, quando o SN DEF «Biggs» é retomado como «o criminoso», já foi informado no texto que ele foi «mentor do célebre assalto ao trem postal que levava 2,6 milhões de libras esterlinas de Londres para Glasgow, em 1963».

Sobre as diferentes formas lingüísticas que são usadas para codificar o tópico como SN DEF nos textos narrativos analisados, o acima exposto já retrata uma delas, ou seja, a retomada do tópico através de uma expressão que o qualifica, evidenciando a nacionalidade, ou alguma atividade profissional, política ou artística do antecedente, conforme mostra o exemplo (1):

(1) «**Brilhante** começou a pintar aos 12 anos de idade. Ao longo de seis décadas de atividade, produziu mais de 40 mil retratos, incluindo os de políticos como Borges de Medeiros e poetas como Mário Quintana.

O artista também foi cenógrafo, decorador e desenhista dos jornais humorísticos A Sova e Bem-te-Vi».

Além disso, os SNs definidos presentes nos textos narrativos são, muitas vezes, expressos através de nomes próprios, sendo a primeira menção feita através do nome próprio completo, geralmente acompanhado também pela atividade exercida pelo referente ou uma outra caracterização. Posteriormente, esse SN DEF completo é retomado de forma parcial, tal como ocorre com o referente «A diretora e autora de teatro Maria Clara Machado» que é resgatado como «Maria Clara»; «o ex-ditador iugoslavo Slobodan Milosevic» retomado como «Milosevic»; «Ronald Biggs» recuperado como «Biggs»; «A mãe solteira Luisa Badilla» resgatado como «Luisa» e várias outras ocorrências desse tipo. Ao analisar os SNs definidos expressos através de nomes próprios e a forma lingüística como são retomados, concluímos que antes de serem resgatados parcialmente, conforme foi mostrado acima, há preferência de uso por outras formas de codificação do tópico, como a anáfora zero e o pronome, ou mesmo por outras formas de expressão do SN DEF, como aquela que o qualifica pela sua atividade profissional, política, artística ou pela sua nacionalidade e os hiperônimos (relação entre dois itens em que um se sobrepõe a outro). Conseqüentemente, os nomes próprios parciais, na sua maioria, não ocorrem no mesmo parágrafo em que se encontra o nome próprio pleno, mas quase sempre numa distância acima de 1 parágrafo. Já a DR entre o nome próprio completo e o nome próprio parcial calculada em orações, varia entre 2 e 16 orações.

Os SNs definidos retomados através de nominalizações, hiperônimos e expressões quase sinônimas também são consistentes nos textos narrativos, conforme mostram os exemplos (2), (3) e (4), respectivamente. Foi observado que o SN DEF pode ser recuperado através de uma nominalização, um hiperônimo ou sinônimo da seguinte forma:

(2) «**O caminhão**, com placas de Portão e dirigido por Jorge Ademar Cardoso, perdeu o controle na Rua Enes Bandeira e colidiu contra uma moto e seis automóveis. (...)

O acidente ocorreu por volta das 15h30min».

(3) «O acidente ocorreu a 300 metros do porto de Bacabal Grande, no sul do Pará, onde **Elizabeth** mora com a família. O chão do barco estava sujo de óleo e ela escorregou. **A menina** vai ter alta com partes da cabeça ainda sangrando e sem a menor perspectiva de voltar a ter cabelo ou de usar peruca».

(4) «**O protesto** foi pacífico. A Polícia Militar recuou e permitiu que **a manifestação** fosse realizada em frente ao prédio onde mora ACM, no bairro da Graça ».

No caso da nominalização, exemplo 2, temos uma anáfora conceitual, que consiste no fato do SN DEF ter como correferente não um termo específico, mas uma idéia que pode abranger parte de uma oração, uma oração inteira ou mais de uma oração. As anáforas conceituais são raras nos textos narrativos. Isso pode ser devido ao fato de os personagens constituírem os elementos nominais caracteristicamente convertidos em tópicos nesse tipo de texto.

A explicação para um número de ocorrências tão significativo de SNs definidos com DR baixa pode estar nessas formas de expressão do tópico quando codificado por esse mecanismo gramatical. Nos exemplos acima citados, percebe-se a DR de 3 orações. Não se trata de repetir o SN DEF simplesmente, mas de retomá-lo de maneira diferenciada, acrescentando-lhe informação, ainda que por um mecanismo de codificação considerado mais marcado, numa curta distância referencial. Isso pode significar também uma maneira de salientar o tópico, ou seja, o leitor não perde de vista o elemento topical, a todo momento ele é reforçado pelo recurso gramatical mais marcado. Percebe-se, assim, que a cadeia referencial dos textos narrativos é bastante precisa, o tópico é facilmente apreendido, da mesma forma ocorre com a relação entre os correferentes. Esse tipo de variação na forma de expressar o SN DEF nos textos narrativos predispõe à saliência do tópico e à sua interpretação cognitiva.

Para avaliar a interferência da continuidade/descontinuidade temática nessa estratégia de codificação do tópico, também verificamos a DR do SN DEF em sentenças e parágrafos.

Os resultados através do levantamento da DR quanto a sentenças e parágrafos demonstraram que, além de apresentar um número significativo de casos em que a DR medida em orações é baixa, conforme foi retratado anteriormente, também a medida da DR em sentenças e parágrafos apresenta valores baixos.

Quanto à DR em sentenças, o número maior de casos corresponde a 1 sentença, o que significa que o SN DEF, mesmo caracterizando-se como uma estratégia mais marcada de codificação do tópico, é empregado também em grande proporção em contextos onde a descontinuidade não é muito elevada.

No que diz respeito aos parágrafos, o mesmo é observado, isto é, a maioria dos casos de emprego do SN DEF demonstra distâncias referenciais bastante baixas. Um número expressivo de ocorrências estão no mesmo parágrafo ou apresentam DR de 1 parágrafo apenas.

De qualquer forma, os maiores valores não estão na mesma sentença ou no mesmo parágrafo, mas acima de 1, ao contrário do que acontece em relação à distância referencial calculada em sentenças e em parágrafos quando o recurso de codificação do tópico é a anáfora zero e o pronome, cujos maiores valores encontram-se abaixo de 1. Portanto, se há ruptura temática, seja pelo ponto final, seja pela mudança de parágrafo, a preferência de uso ainda está no SN DEF.

Para explicar esses valores de baixa DR de um recurso de codificação do tópico de forte marcação e adequado a contextos de alta descontinuidade, é importante levar em conta também que os textos narrativos aqui analisados apresentam parágrafos curtos, muitos deles formados de 1 ou 2 sentenças. Além disso, os parágrafos dos textos narrativos analisados apresentam uma cadeia referencial que, na grande maioria das vezes, começa com o SN DEF, confirmando a idéia defendida por Givón de que a mudança de parágrafo representa quebra da continuidade, o que requer o emprego de um recurso gramatical mais marcado. No entanto, a organização do parágrafo nos textos em questão apresenta uma cadeia referencial bastante característica em que o primeiro parágrafo expressa o SN DEF completo; nos parágrafos subsequentes, na primeira menção, o tópico é retomado pelo SN DEF parcial ou por uma expressão que o qualifique por sua atividade artística, profissional, religiosa ou por sua nacionalidade. A baixa DR em sentenças, assim como a baixa DR em orações, pode ser explicada pelas ocorrências em que a retomada do SN DEF é parcial, ou se trata de um hiperônimo, ou de uma expressão que caracteriza o referente.

(5) «**O britânico Ronald Biggs**, 71, voltou ontem a cumprir sua sentença pelo assalto ao trem pagador após passar mais de 35 anos foragido da Justiça do Reino Unido.

Biggs foi preso às 9h05min, 20 minutos após chegar a Londres, pelo superintendente-chefe da Scotland Yard, John Coles».

A presente análise nos leva a concluir que o alto índice de emprego do SN DEF em contextos de baixa distância referencial se deve às variações nas formas de expressão: termos que o qualificam artística, religiosa ou profissionalmente, que indicam a nacionalidade, nomes próprios completos e parciais, nominalizações, hiperônimos, quase sinônimos. O cálculo da distância referencial em sentenças e parágrafos também revela índices baixos. Quanto à distância referencial em parágrafos, o percentual maior está a partir de 1 parágrafo e, embora haja um número expressivo de SNs definidos no mesmo parágrafo que seu referente, esse recurso de codificação, comparado a outros menos marcados, tem preferência de uso quando a distância referencial está acima de 1 parágrafo, corroborando a teoria de Givón.

Além disso, embora haja um índice elevado de ocorrências cuja DR é baixa, a maioria dos casos de codificação do tópico como SN DEF nesse tipo de texto aparece em ambientes de alta DR e baixa acessibilidade. De fato, nesse contexto, não encontramos o tópico codificado como zero ou pronome pessoal, recursos menos marcados e que são empregados em situações de alta acessibilidade. Concluímos, então, que o SN DEF constitui-se num recurso mais marcado, próprio para que, em contextos de alta distância referencial, o referente possa ser recuperado pelo leitor e mantido ativo na memória. Por outro lado, quando empregado em ambientes de pouca DR, mantém saliente o tópico. A cadeia referencial dos textos narrativos é bastante precisa, ou seja, uma estratégia de codificação do tópico retoma um referente específico já mencionado no texto, sendo esse referente retomado por SNs definidos que assumem várias formas de expressão.

8. A CODIFICAÇÃO DO TÓPICO COMO SN DEF NOS TEXTOS ARGUMENTATIVOS

A codificação do tópico através do SN DEF é bastante significativa, tanto quantitativa quanto qualitativamente, nos textos argumentativos. Trata-se do mecanismo gramatical predominante nessa tipologia textual, enquanto nos textos narrativos, o uso do recurso zero e do pronome pessoal é quase tão freqüente quanto o emprego do SN DEF.

Com relação à DR do SN DEF nos textos argumentativos, os valores caracterizam-se como altos, embora também apresentem, assim como nos textos narrativos, distribuição bastante dispersa, indo de 1 a acima de 20 orações e com uma grande incidência de emprego em contextos de baixa DR.

A medida de DR em sentenças e em parágrafos revelou que nem sempre o SN DEF aparece em contextos de ruptura temática. No caso dos textos argumentativos, a explicação para esses resultados está não só na diversidade de expressões do SN DEF topical, ainda que com um caráter bastante específico nesse tipo de texto, mas também no tipo de relação entre o elemento topical e o seu antecedente anafórico. Todavia, ainda é mais usado em contextos de descontinuidade temática do que os recursos menos marcados, conforme constatou Givón.

O SN DEF realiza-se de forma muito peculiar nos textos argumentativos, conforme foi verificado anteriormente num estudo realizado por Barbisan e Machado (2000) sobre o tópico em textos argumentativos orais e escritos. Foi possível constatar, que pelo fato de os textos argumentativos encontrarem-se centrados em temas abstratos, possuem coerência referencial também abstrata, difusa e pouco saliente. As autoras revelam ainda que igualmente complexa é a relação existente entre os elementos topicais dos textos argumentativos escritos, havendo nas retomadas a expansão do tópico, outras vezes a particularização do tema proposto. Essa forma nem sempre tão nítida de interligação dos elementos topicais é um dificultador também na compreensão do texto argumentativo.

A análise do traço semântico dos tópicos codificados como SN DEF nos textos argumentativos mostrou de fato que esse tipo de texto caracteriza-se pela presença de SN DEF com traço semântico abstrato, ou seja, 72,6% dos casos, percentual consideravelmente superior ao encontrado nos textos narrativos cujo traço semântico predominante é [+humano] e [concreto].

O tópico codificado como SN DEF assume peculiaridades que vão desde as substituições lexicais, como quase sinônimos, hiperônimos, hipônimos reduzidos ou ampliados, nominalizações até a retomada parcial ou ampliada do elemento topical. Essa variação nas formas de expressão do tópico torna difícil a apreensão do mesmo, ainda que a complexidade se dê na expressão em si mesma, ora reduzida, ora expandida.

Explicitando tais peculiaridades que os textos argumentativos apresentam na forma de expressar o tópico, o emprego de quase sinônimos é bastante significativo. No entanto, a retomada do referente por um SN DEF sinônimo tanto pode ser equivalente à expressão total, como parcial. Como exemplos das respectivas situações encontramos: o SN DEF quase sinônimo «os serviços de água e esgoto» que retoma o referente «a infra-estrutura de água e esgoto»; «a população» que retoma «os moradores de São Paulo».

Em menor número, mas também aparecendo como formas lingüísticas de expressar o tópico através do SN DEF estão os hiperônimos, expandidos ou reduzidos, algumas vezes acompanhados de pronomes demonstrativos. Para melhor visualizarmos como isso acontece, tomemos os exemplos: o referente «a Bacia do Guarapiranga» é retomado como «a expansão urbana na região», onde «região» retoma «a Bacia do Guarapiranga»; o tópico «a doença» tem como antecedente a expressão «a febre amarela silvestre». O referente «os setores conservadores brasileiros» é retomado pelo hipônimo acompanhado de pronome demonstrativo «Esses parlamentares».

Foram verificados ainda, numa proporção bastante expressiva, os SNs definidos tópicos que retomam apenas uma parte do antecedente, conforme o exemplo: «sonegação bem-sucedida» que é retomado simplesmente como «a sonegação» ou «A pesquisa» que retoma «Pesquisa sobre a influência das organizações não-governamentais, as ONGs, em cinco países industrializados (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Austrália)». Há casos também de SNs definidos reduzidos acompanhados de pronome demonstrativo, como «essa doença» que retoma «A ocorrência da doença da vaca louca em países como a Inglaterra, Alemanha e França». Outros SNs definidos tópicos retomam o antecedente de forma ampliada: «A conexão entre baixa fecundidade, envelhecimento populacional e imigração em busca de trabalho» retoma o referente «o envelhecimento populacional».

Uma constatação importante resultante da análise dos tópicos codificados como SN DEF é que a relação entre eles dá-se a nível de contexto, ou seja, muito mais pelas relações semânticas que se criam entre os tópicos devido à situação de comunicação na qual se insere o texto e que é compartilhada pelos interlocutores, do que pela correferenciação, conforme ocorre com a retomada do referente por meio de pronomes, por exemplo. Com relação a essa questão, Givón afirma que o antecedente do tópico codificado como SN DEF tanto pode estar no próprio texto, como pode ser de origem situacional ou cultural. Em

outras palavras, a relação entre o SN DEF e o seu antecedente pode ser estabelecida através do contexto em que se insere o texto ou pelo conhecimento cultural, ambos compartilhados pelo emissor e pelo receptor.

(6) «**O Dia Mundial de População**, comemorado hoje, 11 de julho, possibilita uma reflexão sobre a questão populacional em escala global. **A população mundial** chegou à marca de 6 bilhões de pessoas no ano passado e, segundo projeção da ONU, seremos 8 bilhões de habitantes em 2028. Na primeira metade dos anos 90, cerca de 80 milhões de pessoas eram acrescentadas anualmente à população mundial, que crescia 1,5% ao ano. Em 2020, esse número ainda estará próximo de 70 milhões, com crescimento de 0,95% ao ano. **A tendência de queda na fecundidade** garantiria um declínio quase imediato no crescimento populacional. No entanto, por causa da inércia populacional, essa queda é menos pronunciada».

No exemplo (6), podemos afirmar que os SNs definidos que codificam os tópicos, ao retomarem o termo antecedente o fazem através do sentido, ou seja, se falamos sobre «O Dia Mundial de População», sobre «A população mundial», e «A tendência de queda na fecundidade», estamos falando sobre fatos que estão relacionados semanticamente na situação comunicativa em evidência. Cada um dos SNs definidos acima relacionados não substituem o anterior, nem o repetem simplesmente, como ocorreria com o pronome ou com o recurso zero, mas ampliam o sentido e ao mesmo tempo o canalizam para os problemas populacionais, que é sobre o que vai tratar o texto. Assim, o que podemos observar nos textos argumentativos analisados é que o emprego desses SNs definidos evidencia muito mais uma continuidade temática do que uma continuidade tópica.

Para Hasan (1989), a unidade é um atributo crucial do texto, e essa unidade se manifesta, entre outras coisas, nas relações semânticas existentes entre as partes do texto. São essas relações de significados que constituem a textura, propriedade textual que está relacionada à percepção da coerência pelo receptor. Segundo a autora ainda, a correferencialidade de um item com outro dentro do texto é uma evidência de relação semântica entre ambos, contribuindo para a textura do texto. A construção de elos entre os constituintes do texto forma a base para a coesão, um dos fatores da coerência, pois através da relação de identidade fica assegurada a continuidade textual. Além da correferencialidade, Hasan (1989) aponta outros tipos de relações de significados que se

podem obter dos constituintes do texto: a co-extensão é uma delas. Na correferencialidade a interpretação de um item só é possível com referência a outro item já mencionado no texto. É o tipo de relação que ocorre, por exemplo, quando o pronome pessoal «ele» retoma o SN DEF «o estudo da OMC». Já na co-extensão, a relação entre as palavras se dá dentro do campo geral do significado, ou seja, é determinada pelo conhecimento de mundo do leitor, pela situação comunicativa que permite estabelecer entre as partes do texto uma relação semântica. Assim, para perceber o elo existente entre o SN DEF «A existência de enraizado preconceito contra a mulher no trabalho e na política» e o SN DEF «A consciência do papel da mulher na sociedade» é preciso compreender o tipo de ligação que há entre esses dois sintagmas. O campo semântico é que permite a relação, o elo é construído pelo leitor mediante o seu conhecimento de mundo. Hasan (1989) também insere o seu modelo numa visão funcional da linguagem em que há um forte vínculo entre o contexto e a estrutura do texto. A interpretação das cadeias coesivas pode tanto ser co-textual, como contextual.

De fato, se considerarmos a análise do exemplo (5) acima citado, ainda que resgate parcialmente o texto, demonstra que a relação entre os tópicos codificados como SN DEF é possibilitada pelo conhecimento de mundo do leitor, pela relação de significado que ele consegue estabelecer entre esses SNs definidos e que produzem a continuidade temática e dão origem à textura. É importante ressaltar que os textos argumentativos aqui analisados são editoriais de jornais, que tratam dos temas atuais num determinado momento, inseridos numa realidade que o escritor presume ser conhecida do leitor. Esse conhecimento de mundo compartilhado é que permite ao leitor estabelecer a relação entre um SN DEF, como o que aparece nos textos em questão, e o seu antecedente.

A análise do tópico codificado como SN DEF nos textos argumentativos mostrou valores de DR alta, por tratar-se de um recurso gramatical mais marcado, conforme atesta Givón. Todavia, pudemos perceber uma DR bastante dispersa e um número significativo de casos de baixa DR. De acordo com o que foi visto anteriormente, o emissor, através de certas estratégias, usando recursos gramaticais mais marcados ou menos marcados, pode manter ou não a continuidade de um determinado tópico, tendo como parâmetro a sua pressuposição sobre a acessibilidade da informação para o receptor em relação à situação discursiva, ao conhecimento prévio do receptor e também à acessibilidade da informação no contexto discursivo. Diferente do texto narrativo, que têm como tópicos elementos

nominais referentes aos personagens, o texto argumentativo caracteriza-se pela abordagem de temas abstratos, cuja relação entre os SNs definidos não é tão evidente textualmente, mas requer do leitor reconhecer o contexto e então estabelecer as devidas relações. A justificativa para uma DR baixa tão expressiva do SN DEF, considerado um recurso mais marcado e próprio de distâncias referenciais altas, pode estar no fato de a procura pelo referente exigir maior esforço mental do leitor, que busca a associação entre os tópicos e os seus antecedentes fora do texto, do que quando a procura se dá no próprio texto. No exemplo referido acima, o SN DEF «as pressões por aumentos nos ganhos do funcionalismo» está relacionado ao SN DEF «a recente decisão dos tribunais superiores de reajustarem em 11,98% os vencimentos de seus servidores», porque essa decisão constitui-se em uma pressão, uma vez conhecido o contexto de que há no país (o primeiro referente é «o país», recurso exofórico que resgata «Brasil» também pelo conhecimento de mundo compartilhado entre os interlocutores) uma contenção nos gastos públicos, que atinge principalmente os servidores, no que diz respeito aos reajustes dos seus salários. O contexto deitadamente compartilhado, segundo Givón, interfere na acessibilidade referencial. O referente é mais acessível se ele é espacialmente ou temporalmente mais próximo da situação de comunicação ou perceptualmente mais óbvio ou saliente. Assim, a proximidade dos SNs definidos topicais caracterizados dessa forma torna-se necessária, para que haja acessibilidade da informação.

CONCLUSÃO

Através da análise da codificação do tópico como SN DEF em textos narrativos e em textos argumentativos foi possível confirmar a preferência de uso desse recurso gramatical, considerado mais marcado, em ambientes de baixa acessibilidade e alta DR, segundo a proposta pragmático-discursiva de base cognitiva defendida por Talmy Givón.

No entanto, o elevado índice de ocorrências do SN DEF em contextos de baixa DR em ambos os tipos de texto pode ser explicada pela variedade de expressão empregada na codificação do tópico como tal. Além disso, essa variedade é bastante peculiar em cada uma das tipologias analisadas, obedecendo às características de cada uma.

Outra questão importante destacada nesse estudo é o tipo de relação entre os sintagmas topicais que, nos textos narrativos, caracteriza-se como correferencial, ou seja, a interpretação de um item ocorre com referência a outro item já mencionado no texto, enquanto, nos textos argumentativos, a relação entre os elementos topicais é muito mais determinada pelo conhecimento de mundo do leitor e pela situação comunicativa que permite estabelecer entre as partes um elo semântico.

Para finalizar, com relação ao propósito inicial de refletir sobre a organização do texto e, de alguma forma, contribuir com o trabalho docente, acreditamos que as questões aqui levantadas sobre a codificação do tópico como SN DEF em textos narrativos e em textos argumentativos possam ser levadas em conta na recepção e na produção dessas tipologias textuais e proporcionem condições para elucidar alguns aspectos relacionados às dificuldades dos alunos no que tange ao desenvolvimento de sua competência textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADAM, Jean-Michel. (1987). Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques*, Metz, n. 56, p. 54-79.
2. BARBISAN, Leci B., MACHADO, Rejane F. (2000). O tópico no texto argumentativo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 96-109.
3. CHARAUDEAU, Patrick. (1992). *Grammaire du sens e de l'expression*. Paris: Hachette-Éducation.
4. van DIJK, T. A. (1978). *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona/Buenos Aires: Ediciones Paidós.
5. GIVÓN, Talmy. (1989). *Mind, code and context: essays in pragmatics*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, p. 205-235
6. _____. (1990). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, v. 2, 1990.
7. _____. (1992). The grammar of referencial coherence as mental processing instructions. *Linguistics*, Berlim, n. 30, p. 5-55.
8. _____. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins.

9. HASAN, Ruqaiya. (1989). The texture of a text. In: HALLIDAY, M. A. K., HASAN, Ruqaiya. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.